



**RODRIGO PIRONTI**

*Coordenador*

**LEI GERAL DE  
PROTEÇÃO DE DADOS  
NO SETOR PÚBLICO**

**Área específica da obra**

Direito Administrativo

**Áreas afins do livro**

Direito Empresarial, Direito Público

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10002956

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

|      |   |
|------|---|
| L525 | Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público / Rodrigo Pironti (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.<br><br>490 p; 14,5x21,5cm<br>ISBN: 978-65-5518-141-8<br><br>1. Direito Administrativo. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Público. I. Pironti, Rodrigo. II. Título.<br><br>CDD 341.3<br>CDU 342.9 |
|------|---|

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRONTI, Rodrigo (Coord.). *Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 490 p. ISBN 978-65-5518-141-8.

### **Rodrigo Pironti**

Advogado. Pós-doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Direito Econômico e Social pela PUCPR. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Empresarial pela PUCPR. Professor de graduação e pós-graduação. Advogado sócio do escritório Pironti Advogados.

## SUMÁRIO

### PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE UM ADEQUADO E EFETIVO PROGRAMA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS NECESSIDADES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA LGPD

|  |           |
|--|-----------|
| <b>ANDRÉ LUIZ BÄUML TESSER</b> .....   | <b>21</b> |
| 1 Introdução .....   | 21        |
| 2 Primeira premissa fundamental: o caráter <i>human centric</i> de um programa de proteção de dados pessoais ..... | 24        |
| 3 Segunda premissa fundamental: o caráter dinâmico de um programa de proteção de dados pessoais .....              | 32        |
| 4 Considerações finais .....   | 37        |
| Referências.....   | 38        |

### LGPD E INFRAESTRUTURA: O PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

|   |           |
|---|-----------|
| <b>AUGUSTO NEVES DAL POZZO</b> .....                            | <b>39</b> |
| Introdução .....  | 39        |
| 1 Breves notas sobre o sentido jurídico de infraestrutura ..... | 40        |
| 2 O princípio da inovação tecnológica .....                     | 44        |
| 4 Conclusão .....   | 48        |
| Referências.....  | 49        |

### BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA NA LGPD

|   |           |
|---|-----------|
| <b>BEATRIZ FARIA DE ALMEIDA LOUREIRO, NICOLLE BLEME, RODRIGO FONTENELLE DE A. MIRANDA</b> .....                             | <b>51</b> |
| 1 Introdução .....  | 51        |
| 2 Governança em privacidade de dados.....   | 52        |
| 2.1 Políticas e procedimentos, <i>compliance</i> e práticas de administração de dados em vários níveis da organização ..... | 54        |
| 2.2 Gestão de riscos e resposta a incidentes .....  | 55        |
| 3 Boas práticas.....  | 56        |
| 3.1 Instituição de grupo de trabalho e indicação de encarregado.....  | 57        |
| 3.2 Gerenciamento de dados como um ativo .....  | 58        |
| 3.3 Inventário de dados .....   | 60        |
| 3.4 Consentimento.....  | 60        |
| 3.5 Canal para recebimento das requisições .....  | 61        |
| 3.6 Colaboradores treinados .....   | 61        |
| 4 Conclusão .....   | 62        |
| Referências.....  | 63        |

### IMPACTO DA LGPD E *COMPLIANCE* NO SETOR PÚBLICO: NECESSÁRIAS ADAPTAÇÕES CULTURAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRENTE A UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÃO CONTÍNUA PARA A MANUTENÇÃO DA BOA GOVERNANÇA

|  |           |
|--|-----------|
| <b>BRUNA TOLEDO PIZA MAGACHO, MELISSA TRENTO</b> ..... | <b>65</b> |
| 1 Introdução .....                                     | 65        |
| 2 Governança .....                                     | 66        |
| 3 <i>Compliance</i> .....                              | 68        |
| 4 LGPD.....  | 71        |
| 5 Culturas e cenários da boa governança .....          | 75        |
| 6 Considerações finais .....                           | 78        |
| Referências.....                                       | 79        |

### O PAPEL DA TI NO PROCESSO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CHRISTIAN BACHMANN, ANA PAULA DE CAMPOS SERRATTO</b> .....                                    | <b>83</b> |
| Introdução .....   | 83        |
| O primeiro ano da GDPR e a criação da LGPD .....   | 84        |
| Gestão de privacidade da informação – da segurança e das boas práticas .....                     | 86        |
| O papel da TI na gestão de privacidade dos dados pessoais .....                                  | 90        |
| Gestão de privacidade da informação – dos direitos do titular .....                              | 91        |
| Cenário atual da gestão de privacidade e segurança da informação pela Administração Pública..... | 97        |
| Considerações finais .....   | 99        |
| Referências.....   | 99        |

## LGPD X LAI: SINTONIA OU ANTAGONISMO?

|   |            |
|---|------------|
| <b>CRISTIANA FORTINI, GREYCIELLE AMARAL, CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI .....</b>     | <b>101</b> |
| 1 Introdução .....  | 101        |
| 2 Direito à privacidade e proteção de dados pessoais .....                        | 103        |
| 3 Direito à informação e os contornos da Lei nº 12.527/2011 .....                 | 109        |
| 4 Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados: convergências..... | 110        |
| 5 O que então muda com a LGPD no âmbito da Administração Pública.....             | 114        |
| 6 Conclusão .....   | 120        |
| Referências.....  | 120        |

## OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS REFLEXOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

|  |            |
|--|------------|
| <b>DAIESSÉ QUÊNIA JAALA SANTOS BOMFIM, RODRIGO PIRONTI .....</b> | <b>123</b> |
| Referências.....   | 134        |

## A RESPONSABILIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

|   |            |
|---|------------|
| <b>DANIELLE SANTI, MARCOS GUILHERME RODRIGUES MAFRA.....</b>            | <b>137</b> |
| 1 Introdução .....  | 137        |
| 2 Regime de responsabilização geral da LGPD .....                       | 140        |
| 3 Normativas e orientações direcionadas para Administração Pública..... | 143        |
| 4 Considerações finais .....  | 147        |

## A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO DA LGPD NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

|   |            |
|---|------------|
| <b>DENISE DE SOUZA LUIZ FRANCOSKI .....</b>   | <b>151</b> |
| 1 Introdução .....  | 151        |
| 2 O projeto de sensibilização como ferramenta essencial no processo de conformidade da LGPD.....                | 154        |
| 3 A relevância da sensibilização “ <i>from the top</i> ” .....  | 157        |
| 4 As formas de efetivação do programa de sensibilização da LGPD nas organizações públicas: o case do TJSC ..... | 161        |
| 5 Conclusão .....   | 167        |
| Referências.....  | 169        |

## A SAÚDE PÚBLICA E A LGPD: UM COMPLEXO, MAS NECESSÁRIO CENÁRIO DE ADEQUAÇÃO

|   |            |
|---|------------|
| <b>GIOVANNA TRAD, JOSENIER TEIXEIRA .....</b>   | <b>171</b> |
| Introdução .....  | 171        |
| 1 A saúde na Constituição Federal e a obrigação do Estado em disponibilizá-la à população.....        | 173        |
| 2 A saúde na LGPD .....   | 176        |
| 3 A proteção de dados pela Constituição .....   | 181        |
| 3.1 A proteção de dados por outros diplomas jurídicos.....  | 183        |
| 4 A obrigatoriedade de adequação das pessoas naturais e jurídicas – privadas e públicas – à LGPD..... | 186        |
| 5 Especificidade da relação do Poder Público com os dados pessoais .....                              | 189        |
| 6 Conclusão .....   | 196        |
| Referências.....  | 198        |

## LGPD E ARBITRAGEM: NOTAS SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS NAS ARBITRAGENS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

|  |            |
|--|------------|
| <b>GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA, FELIPE RAZZINI.....</b>                            | <b>203</b> |
| 1 A entrada em vigor da LGPD e os impactos para a arbitragem .....                 | 203        |
| 2 Diretrizes de proteção de dados adotadas pela comunidade arbitral.....           | 206        |
| 2.1 A esfera internacional.....  | 206        |
| 2.2 A esfera nacional .....  | 209        |
| 3 Proteção de dados em arbitragens envolvendo o Poder Público: peculiaridades..... | 210        |
| 4 Conclusão .....  | 215        |
| Referências.....   | 216        |

## DESAFIOS DA LGPD E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS EM ESCALA MASSIVA: CONTROLE TECNOLÓGICO EM SERES HUMANOS COMO RATOS DE LABORATÓRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>IRENE PATRÍCIA DIOM NOHARA, FERNANDO MEDICI GUERRA MARTINS.....</b>  | <b>219</b> |
| 1 Introdução .....  | 219        |
| 2 O excedente comportamental.....   | 221        |
| 3 Casos não contados sobre a utilização do excedente comportamental para manipulação de comportamento humano .. | 223        |
| 4 O importante passo da LGPD e seus desafios .....  | 231        |
| 5 Conclusão .....   | 233        |
| Referências.....  | 236        |

## LGPD: O QUE MUDA NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

|   |            |
|---|------------|
| <b>ISMAR DOS SANTOS VIANA, CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA</b> .....  | <b>239</b> |
| Introdução .....  | 239        |
| I    A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seus influxos na Administração Pública .....   | 242        |
| II   A prevalência da competência sancionadora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os parâmetros definidores de responsabilização .....                              | 246        |
| III  A atuação em sistema de rede dos órgãos de controle: a compatibilidade do dever de defesa da probidade na gestão de recursos públicos com os limites inaugurados pela LGPD ..... | 249        |
| Conclusão .....   | 255        |
| Referências .....   | 255        |

## PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>JOÃO PEDRO OLIVEIRA STRINGHETA, TATIANA CAMARÃO</b> .....   | <b>259</b> |
| 1    Introdução .....  | 259        |
| 2    A Medida Provisória nº 959/2020 gera um vácuo na implementação da Lei com consequências negativas para o processo ..... | 259        |
| 3    O Judiciário como precursor na implementação da LGPD .....  | 260        |
| 4    A implementação da LGPD no Poder Judiciário e os desafios enfrentados .....   | 262        |
| 5    Considerações finais .....  | 273        |

## A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SISTEMA S: ASPECTOS RELEVANTES

|   |            |
|---|------------|
| <b>JULIETA MENDES LOPES VARESCHINI</b> .....                                    | <b>275</b> |
| 1    Do regime jurídico aplicável ao Sistema S .....                            | 275        |
| 2    Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aplicabilidade ao Sistema S ..... | 278        |
| 3    Conclusão .....  | 288        |
| Referências .....   | 289        |

## A LGPD E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS

|  |            |
|--|------------|
| <b>MARCELO ZENKNER, MÁRIO SPINELLI</b> .....   | <b>291</b> |
| 1    Governança e privacidade: uma breve introdução .....  | 291        |
| 2    Base legal para a aplicação da LGPD nas empresas estatais .....   | 294        |
| 3    Roteiro básico para adequação das empresas estatais à LGPD .....  | 295        |
| 4    A proteção de dados pessoais como elemento de um sistema de integridade empresarial estatal efetivo ..... | 298        |
| 5    Transparência <i>versus</i> proteção de dados pessoais: como resolver essa equação? .....                 | 302        |
| Considerações finais .....   | 304        |
| Referências .....  | 306        |

## REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PARA O SISTEMA S, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E OSCIPS: COMPARTILHAMENTO DE DADOS, GOVERNANÇA E A EXIGÊNCIA DO ENCARREGADO

|   |            |
|---|------------|
| <b>MARCOS EHRHARDT JÚNIOR, JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR</b> .....           | <b>307</b> |
| 1    Introdução .....   | 307        |
| 2    O interesse público e sua realização para além das estruturas estatais ..... | 308        |
| 2.1    O Sistema S .....  | 311        |
| 2.2    Organizações Sociais e OSCIPs .....  | 312        |
| 3    Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais .....                    | 314        |
| 3.1    Compartilhamento de dados .....  | 317        |
| 3.2    Governança de dados .....  | 321        |
| 3.3    O encarregado .....  | 327        |
| 4    Considerações finais .....   | 329        |
| Referências .....   | 331        |

## CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

|  |            |
|--|------------|
| <b>MARCUS VINÍCIUS REIS DE ALCÂNTARA, PAULO JOSÉ RIBEIRO ALVES</b> ..... | <b>337</b> |
|--|------------|

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS APLICADA AOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

|  |            |
|--|------------|
| <b>MAURÍCIO ZOCKUN, DIXMER VALLINI NETTO</b> ..... | <b>351</b> |
| Introdução .....                                   | 351        |
| A atividade notarial e de registro .....           | 353        |
| A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais .....    | 356        |
| LGPD aplicada aos notários e registradores .....   | 358        |
| Conclusão .....                                    | 364        |

## A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: FUNÇÃO SANCIONADORA OU DE ACULTURAMENTO

|  |            |
|--|------------|
| <b>NATANRRY REIS, GABRIEL CHEDE</b> .....  | <b>367</b> |
| 1 Introdução .....   | 367        |
| 2 As principais funções de uma Autoridade de Proteção de Dados Pessoais .....                | 368        |
| 3 A experiência de autoridades de proteção de dados ao redor do mundo.....                   | 370        |
| 4 Lacunas pendentes de regulamentação e o necessário viés orientador da ANPD.....            | 373        |
| 5 A ANPD e o desafio da criação da cultura da privacidade e proteção de dados no Brasil..... | 374        |
| Referências.....   | 376        |

## BREVE ENSAIO SOBRE O ENCARREGADO DE DADOS (*DATA PROTECTION OFFICER – DPO*) E A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DOS DADOS NO BRASIL

|  |            |
|--|------------|
| <b>RODRIGO PIRONTI</b> .....   | <b>379</b> |
| 1 A figura do encarregado de dados ou <i>DPO (Data Protection Officer)</i> ..... | 379        |
| 2 A estrutura da governança de dados: uma definição necessária .....             | 384        |

## A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL

|   |            |
|---|------------|
| <b>RODRIGO PIRONTI, EDUARDO RAMOS CARON TESSEROLLI</b> .....  | <b>393</b> |
| 1 Aspecto fundamental da LGPD .....   | 393        |
| 2 Algumas definições de dados pessoais na LGPD.....   | 395        |
| 2.1 Dados da pessoa natural identificada ou identificável.....  | 396        |
| 2.2 Dados pessoais sensíveis.....   | 397        |
| 3 Base legal para o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis pela Administração Pública..... | 398        |
| 4 Fundamentos jurídicos para o tratamento de dados sensíveis pela Justiça Eleitoral .....                   | 401        |
| Referências.....  | 404        |

## O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

|  |            |
|--|------------|
| <b>RODRIGO PIRONTI, MIRELA MIRÓ ZILLOTTO</b> .....                         | <b>407</b> |
| 1 Introdução .....   | 407        |
| 2 A sociedade de informação e a ampliação da memória .....                 | 408        |
| 3 O direito à autodeterminação informativa .....                           | 413        |
| 4 O consentimento no tratamento de dados pessoais pelo Poder Público ..... | 417        |
| 5 Conclusão .....  | 423        |
| Referências.....   | 424        |

## A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COMO FATOR GERADOR DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

|  |            |
|--|------------|
| <b>RONNY CHARLES LOPES DE TORRES, DAVIDSON LOPES SOUSA DE BRITO</b> .....                          | <b>427</b> |
| Introdução .....   | 427        |
| 2 A Lei Geral de Proteção de Dados e os contratos administrativos .....                            | 429        |
| 3 Reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos.....                             | 432        |
| 4 As obrigações impostas pela LGPD como fator gerador de desequilíbrio econômico do contrato ..... | 435        |
| 5 Conclusão .....  | 438        |

## LIMITES AO COMPARTILHAMENTO DE DADOS SOB O PRISMA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

|   |            |
|---|------------|
| <b>SANDRO TOMAZELE</b> .....  | <b>439</b> |
| Compartilhamento de dados.....  | 439        |
| Compartilhamento de dados por órgãos e entidades públicos.....                      | 440        |
| Funções, papéis e responsabilidades relacionados ao compartilhamento de dados ..... | 441        |
| Boas práticas de segurança da informação para o compartilhamento de dados.....      | 443        |
| Desafios ao compartilhamento seguro de dados.....                                   | 445        |

## A FUNÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SEGURANÇA PÚBLICA

|  |            |
|--|------------|
| <b>SÓLON CÍCERO LINHARES, LUIZ HENRIQUE CARDELLI</b> .....   | <b>449</b> |
| 1 Introdução .....   | 449        |
| 2 O conceito de dados pessoais e o bem jurídico tutelado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)..... | 451        |
| 3 A relevância dos dados pessoais no contexto da criminalidade de <i>powerful</i> .....                  | 454        |
| 4 A importância dos dados pessoais para a investigação criminal e políticas de segurança pública.....    | 456        |
| 5 A proteção dos dados pessoais à luz dos princípios constitucionais penais.....                         | 459        |
| 6 Os modelos de proteção de dados.....   | 461        |
| 7 A proteção de dados no Direito Comparado .....   | 461        |

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| 7.1 | A proteção de dados da União Europeia.....  | 462 |
| 7.2 | A proteção de dados no Direito norte-americano .....  | 463 |
| 8   | Os limites do Estado na utilização dos dados pessoais para investigação criminal e políticas de segurança pública ..... | 464 |
| 9   | Conclusão .....   | 465 |
|     | Referências.....  | 466 |

**O TELETRABALHO E O “NOVO NORMAL” NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: BALANÇO ENTRE A REDUÇÃO DE CUSTOS E OS RISCOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**WALTER CUNHA, BRUNO AFFONSO, JULIANA LEGENTIL..... 469**

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| 1   | Introdução .....  | 469 |
| 2   | Discussão sobre <i>BYOD</i> e <i>BYOD</i> invertido.....  | 472 |
| 3   | Análise de cenários e implicações .....   | 472 |
| 3.1 | Arranjo A1: equipamentos, conexão e aplicações por conta do trabalhador .....                         | 472 |
| 3.2 | Arranjo A2: equipamentos e conexão por conta do trabalhador, aplicações por conta do empregador ..... | 474 |
| 3.3 | Arranjo A3: equipamentos e aplicações por conta do empregador, conexão do trabalhador .....           | 475 |
| 3.4 | Arranjo A4: equipamentos, aplicações e conexão por conta do empregador .....                          | 477 |
| 4   | Conclusão .....   | 478 |
|     | Referências.....  | 479 |

**SOBRE OS AUTORES..... 481**